

PROJETO DE LEI
(Do Senhor Paulo Roberto)

**Fixa limite para emissão sonora nas
atividades em templos religiosos.**

Art. 1º As atividades das Entidades Religiosas em templos de qualquer crença, não poderão ultrapassar o limite de 65 decibéis de propagação sonora no ambiente externo durante o dia e 50 decibéis durante a noite.

Parágrafo único. Considera-se noite o período entre às 22 (vinte e duas) horas e às 6 (seis) horas.

Art. 2º Considera-se ambiente externo àquele localizado a partir de 10 (dez) metros da porta principal e das laterais do prédio.

Art. 3º As medições da propagação sonora pelas autoridades ambientais deverá sempre contar com assistente técnico indicado pela direção da Entidade Religiosa onde se fizer a medição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões em,

PAULO ROBERTO
Deputado Federal



JUSTIFICATIVA

A Legislação Ambiental hoje aplicada no Brasil, remete para a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a fixação de limites para a propagação de emissão sonora nas mais diversas áreas de atividade humana, entre as quais as das igrejas.

A ABNT fixa tais limites através de NBR (normas brasileiras) e por incrível que possa parecer, nenhuma norma federal, das hoje existentes, fixa limites para as atividades desenvolvidas nas igrejas e especialmente durante os cultos.

Na ausência de norma federal, os municípios vêm fixando limites, dentro do permissivo constitucional do inciso I do art. 30, já que entende-se ser a fixação de tais limites assunto de interesse local, assim passível de legislação municipal.

Este entendimento levou a um tal número de limites díspares, que hoje os responsáveis pelas igrejas ficam sujeitos a limites absolutamente incompatíveis com a atividade religiosa, chegando alguns municípios a interferir inclusive no limite do som interno, este de interesse privado, dos fiéis que participam dos cultos.

Prova disto são os municípios de Canoas e Rosário do Sul, no Rio Grande do Sul, que o limite é de 45 decibéis diurnos e 40 decibéis noturnos.

Ora, sabe-se que o som emitido pela voz humana em condições normais atinge a 35 decibéis numa distância de 05 metros.

Por aí já se vê que o limite estabelecido por muitos municípios é, além de inviável, passível de questionamentos.



CBDD285126

Por sua vez a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu como 65 decibéis o limite da tolerância do ouvido humano, assim fixar tal limite como o da propagação sonora, parece mais adequado.

Por outro lado, a ABNT, fixou na NBR 10151, destinada a avaliação de ruído em áreas habitadas na tabela 1, o seguinte.

NBR 10151 – Acústica-Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade – Procedimento

| Tipos de áreas | Diurno - Noturno |
|---|-------------------------|
| Áreas de sítios e fazendas..... | 40 - 35 |
| Vizinhanças de hospitais (200m além divisa)..... | 45 - 40 |
| Áreas estritamente residencial urbana..... | 50 - 45 |
| Área mista, predominantemente residencial, sem corredores de trânsito..... | 55 - 50 |
| Área mista, com vocação comercial e administrativa, sem corredores de trânsito... | 60 - 55 |
| Área mista, como vocação recreacional, sem corredores de trânsito..... | 65 - 55 |
| Área mista até 40 m ao longo das laterais de um corredor de trânsito..... | 70 - 55 |
| Área predominante industrial..... | 70 - 60 |

Vê-se assim que não há referência a igreja, ficando a critério aleatório o limite, se for localizada em área mista, ao longo de corredor de trânsito, poderá ser até 70 decibéis diurnos e 55 noturnos, se for área mista com outras características, os limites estão na NBR citada.

Já a NBR 10152 – para avaliação do ruído ambiente em recintos e edificações assim prevê:

| Tipo de recinto | Nível de ruído ambiente Lra em db (A) |
|--|--|
| Anfiteatros para esportes, shows e cultos religiosos (sem ocupação)..... | 40 - 55 |
| | |
| | |
| | |



| | |
|--|---------|
| Igrejas (sem ocupação)..... | ≥ 40 |
| | |
| | |
| Sala de espera | 40 - 50 |
| Sala de jogos carteados..... | 34 - 45 |
| Sala de jogos (outros)..... | 45 - 55 |
| Salas de musculação em academias (sem ocupação)..... | 35 - 45 |
| Sala de treino e competição em academias (sem ocupação)..... | 45 - 55 |
| Sala de música, TV e home theater..... | 30 - 40 |
| | |
| Salas de cirurgia..... | 30 - 40 |
| | |
| | |

Refere apenas a igreja sem ocupação, ora uma igreja sem ocupação é apenas o prédio, que por si não emite ruídos ainda, a mesma NBR 10152, estabelece no seu anexo IV, o seguinte:

| Locais | dB(A) | NC |
|--|-------|-------|
| HOSPITAIS | | |
| Apartamentos, Enfermarias, Berçários, Centro Cirúrgicos..... | 35-45 | 30-40 |
| Laboratórios, Áreas para uso do público..... | 40-50 | 34-45 |
| ESCOLAS | | |
| Bibliotecas, Salas de música, Salas de desenho..... | 35-45 | 30-40 |
| Salas de aula, Laboratórios..... | 40-50 | 35-45 |
| Circulação..... | 45-55 | 40-50 |
| HOTÉIS | | |
| Apartamentos..... | 35-45 | 30-40 |
| Restaurantes, salas de Estar..... | 40-50 | 35-45 |
| Portaria, Recepção, Circulação..... | 45-55 | 40-50 |
| RESIDÊNCIAS | | |
| Dormitórios..... | 35-45 | 30-40 |



CBDD285126

| | | |
|--|-------|-------|
| Salas de Estar..... | 40-50 | 35-45 |
| AUDITÓRIOS | | |
| Salas de Concertos, Teatros..... | 30-40 | 25-30 |
| Salas de Conferências, Cinemas, Salas de Uso Múltiplo..... | 35-45 | 30-35 |
| RESTAURANTES | | |
| Restaurantes..... | 40-50 | 35-45 |
| ESCRITÓRIOS | | |
| Salas de Reuniões..... | 30-40 | 25-35 |
| Sala de Gerência, Projetos e Administração..... | 35-45 | 30-40 |
| Salas de Computadores..... | 45-65 | 40-60 |
| Salas de Mecanografia..... | 50-60 | 45-55 |
| IGREJAS E TEMPLOS | | |
| Cultos Meditativos..... | 40-50 | 35-45 |
| LOCAIS PARA ESPORTE | | |
| Pavilhões fechados para espetáculos e Atividades Esportivas..... | 45-60 | 40-55 |

Ora, desconheço igrejas que façam cultos meditativos, que parece, como a palavra sugere, sejam reuniões silenciosas, assim qualquer limite que se estabeleça, por menor que seja, não será superado.

Parece mentira mas é verdade, que um órgão público tal estabeleça.

No Rio Grande do Sul, a Lei 11.520, de 03/08/2000, Código Estadual do Meio Ambiente, prevê no artigo 227 e seguintes, que trata da poluição sonora, o seguinte.

“Art. 227 - Consideram-se prejudiciais à saúde e ao sossego público os níveis de sons e ruídos superiores aos estabelecidos pelas normas municipais e estaduais ou, na ausência destas, pelas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sem prejuízo da aplicação das normas dos órgãos federais de trânsito e fiscalização do trabalho, quando couber, aplicando-se sempre a mais restritiva.”



CBDD285126

Portanto, fica claro que o Código, na ausência de regulamentação municipal, já que ele não estabelece limites, deve ser usado o padrão federal, que também inexistia no caso específico de igreja e cultos religiosos.

Salas de Conferências, Cinemas, Salas de Uso Múltiplo

Ficavam, desta forma, os responsáveis pelas igrejas sem saber o que fazer e sujeitos a fiscalização dos órgãos ambientais sem parâmetro definido em nível federal que possa solucionar a questão.

Por outro lado, autoriza a Constituição Federal no inciso VI, do art. 24, a União legislar, concorrentemente, com os Estados e o Distrito Federal, sobre meio ambiente, no qual se insere a poluição sonora.

Ainda, o parágrafo 4º do mesmo supracitado artigo, assegura a superveniência da Lei federal sobre a estadual e por extensão a municipal.

Não havendo Lei estadual, em vários estados, fixando limites específicos, como é o caso do Rio Grande do Sul, para a propagação sonora nos cultos religiosos, é hora de se estabelecer, por lei federal, como autoriza a Constituição, um padrão nacional único e se resolva, de uma vez por todas, as contradições hoje existentes, fixando um município um limite e outros, outros limites, o que causa confusão e desentendimentos.

Diante disto tudo, se impõe, regularize o Poder Público Nacional, via Congresso ou Poder Executivo, tal questão.

Razões que me levam a propor o presente projeto de lei e esperar sua aprovação pelos meus pares da Câmara Federal, porque é justo, oportuno e constitucional.

Sala das Sessões, em

PAULO ROBERTO
Deputado Federal

